



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social
Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPA: uma trajetória de participação popular, lutas e conquistas sociais

ANA CAROLINA SOARES CARDOSO ¹
FRANCILENE SOARES DE MEDEIROS COSTA ²

Resumo: o presente trabalho busca apresentar a trajetória e importância da participação popular na criação da Assistência estudantil (SAEST) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como identificar, por meio de análise documental e pesquisa nas plataformas oficiais, no período de 2018- 2020, se há e como tem sido a participação dos usuários na elaboração e avaliação do trabalho realizado pela Superintendência de assistência Estudantil da UFPA atualmente e se há uma colaboração de movimentos estudantis e/ou associações no processo de efetivação da política de Assistência Estudantil da Universidade.

Palavras chaves: Movimentos Sociais; Assistência Estudantil; Avaliação de Políticas Sociais.

Abstract: The present work presents the trajectory and importance of popular research in the creation of Student Assistance (SAEST) at the Federal University of Pará (UFPA), as well as identifying, through documentary analysis and search on official platforms, in the period 2018-2020 , Section and user participation in the elaboration and evaluation of the work carried out by the Superintendence of Student Assistance at UFPA currently and has a collaboration of student movements and/or associations in the process of implementing the University Assistance policy.

Keywords: Social Movements; Student Assistance; Evaluation of Social Policies.

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Pará

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Pará

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar a trajetória da Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará, ressaltando a participação popular e seu papel ímpar no processo de conquista social dessa política.

Os estudos acerca do capitalismo apontam como característica sua selvageria quando a exploração de tudo e todos, vivemos em um mundo dialético e como apontaram Marx e Engel no primeiro capítulo de O Manifesto Comunista (2008), a história do mundo é a história das lutas de classes, logo, é evidente que para que haja conquistas e/ou melhorias à classe trabalhadora, é necessário que haja luta e nesse processo os movimentos sociais foram e são fundamentais, e na trajetória de criação da Assistência Estudantil não foi diferente.

Pereira (2014, p. 122) esclarece que o termo “movimentos sociais” foi criado na Europa por Lorenz Von Steir em 1840, o termo foi conceituado como uma ciência que estuda os movimentos do proletariado, visto que o berço dos movimentos sociais são as lutas populares por direitos, principalmente os direitos trabalhistas, que foram os percussores nesse campo de reivindicações, sendo registrados desde os século XIX, mediante o avanço do capitalismo e suas expressões, mazelas exploração da classe trabalhadora.

A partir da reivindicação coletiva os trabalhadores conseguiram visibilidade e ao mesmo tempo conseguiram “assustar” a classe dos exploradores que passaram conceder os mínimos sociais no intuito de desfazer essa força coletiva e buscando individualizar as questões colocadas pela população como “desajuste do indivíduo que reclama”. Mesmo em meio a todos esses ataques que sempre houveram e ainda são nítidos contra os movimentos sociais, tais movimentos proporcionaram e proporcionam ganhos que não seriam permitidos sem que houvessem sido requeridos e exigidos em lutas sociais.

Mediante esses ganhos mínimos, conquistados a partir da reivindicação coletiva, nasceram o que temos hoje como Política social, porém essas ações estatais foram instauradas direcionadas apenas aos trabalhadores formais – pois

segundo Castel (2005), somente eles eram considerados cidadãos – vale destacar que essas intervenções instauradas tinham o objetivo de perpetuar o sistema capitalista, acalmar possíveis movimentações sociais, controlar a classe proletária.

Com o evento da segunda grande guerra e as transformações sofridas mundialmente, nos Estados Unidos o pós guerra trouxe mudanças e entre elas o *welfare state*, Estado de Providência ou Estado Social – que teve duração de 1930 até a década de 1970 – o qual Behring (2000) aponta que tinha como função garantir o pleno emprego para que, assim, os trabalhadores pudessem alcançar a sua proteção individual (proteção civil), tal ideologia tem fundamento no liberalismo, alegando que se cada um alcançasse o seu bem-estar individualmente, o bem estar coletivo (proteção social) também seria alcançado conseqüentemente.

Porém, com a crise de 1970 e o avanço do Neoliberalismo, aconteceu o declínio do Estado de Bem-estar e iniciou-se a concepção mercantilizada que vigora até os dias atuais, onde tudo é aberto como mercado ao capital e o Estado proporciona apenas os mínimos para aqueles que não tem condições de acessar os serviços do mercado privado.

Trazendo para o Brasil, Pereira (2008) afirma que esse Estado de bem-estar social mencionado, nunca chegou a ser implantado, mas a Política Social e as políticas públicas foram, segundo Yazbek (2008, p. 4) “A Política social será abordada como modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos”.

É importante ressaltar que são através das políticas públicas que se efetivam os direitos sociais, direitos incorporados à legislação, tais direitos também foram e ainda são frutos de lutas sociais e no geral são efetivados pelo Estado por meio das políticas públicas, e chegam à população final no formato de programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2009, p. 95).

Mediante o colocado, tornasse evidente o intuito do Estado ao implantar as Políticas Sociais, proporcionar o mínimo para que os trabalhadores sejam capazes de manter o desenvolvimento do capitalismo e não garantir proteção social integral ou emancipação humana, mediante tais fatos é irrefutável a importância das lutas sociais na conquista de direitos, bem como a relevância dos movimentos

organizados, posto que reivindicações como essas proporcionaram as conquistas sociais, dentre elas a política de educação e Assistência Estudantil em todos os níveis acadêmicos, especialmente na UFPA.

Perante o colocado, esse artigo busca elucidar a importância da participação popular como instrumento coletivo de conquistas sociais e destaca a trajetória da Assistência Estudantil da UFPA, bem como tem se dado a participação popular na efetivação da política, haja vista que esta proporcionou uma transformação no perfil do alunado da instituição, tornando um ambiente de maior pluralidade, construção do conhecimento diverso, igualdade e equidade social.

2. A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA CONQUISTA SOCIAL

A constituição Brasileira de 1988 é popularmente conhecida como “constituição Cidadã”, por ter sido concebida após a ditadura e num contexto de redemocratização, em seu art. 5 ela apresenta os direitos e garantias fundamentais, entre eles está a educação, sendo esse um direito que deve ser viabilizado pelo Estado. Porém, o Estado garante a todos apenas o ensino fundamental e médio, já no que diz respeito ao ensino superior, este tem deixado a mercê de um processo meritocrático de seleção, que não leva em consideração as realidades socioeconômicas dos alunos concorrentes no processo.

Tal processo de vestibular é permeado por desigualdades, Marilena Chauí (2001, p. 35), ao tratar do cenário do ensino superior público, no texto “Escrito sobre a universidade”, destaca que a universidade não é uma instituição a parte da sociedade e sim parte integrante da sociedade a qual faz parte, assim, a universidade enquanto parte da sociedade, reproduz de forma institucional e entrelaçadas em suas relações sociais, preconceitos e exclusões sociais.

No contexto da Universidade Pública, essas desigualdades se materializam por meio da divisão socioeconômica entre os/as discentes, pela diferença étnico-racial, dentre outras adversidades existentes no interior do âmbito acadêmico, tais percalços são minimizados pela Assistência Estudantil, que segundo a pesquisa

realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), as ações afirmativas proporcionaram a transformação do perfil do universitário brasileiro, e promoveu maior equidade no processo de entrada na universidade, por meio das cotas, lei sancionada em 2012, a partir de pressão popular.

Segundo Brito Filho (2008), as ações afirmativas constituem-se em instrumentos de inclusão social dos grupos vulnerabilizados; direcionadas ao ensino superior, as ações afirmativas atuam visando democratizar e ampliar o acesso ao ensino superior, combatendo não somente a exclusão, mas também a desigualdade social, no ensino superior, elas são viabilizadas por meio das cotas e processos seletivos diferenciados, focalizados em Quilombolas e Indígenas.

Para além das ações afirmativas de entrada, as cotas, foi sancionado, em 2010, o Decreto nº 7.234/2010, que estabelece a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo principal objetivo era ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, além de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e proporcionar subsídios para a permanência e conclusão de seu curso superior.

O PNAES se estabelece como pilar das ações afirmativas de permanência no ensino superior, uma vez que a verba do programa é distribuída para as IFES, que tem liberdade para criarem seus projetos de Assistência Estudantil, mediante a orientação base do decreto do PNAES em seu 4º artigo. Assim, as ações afirmativas são direcionadas não apenas ao acesso, mas também a permanência dos alunos cotistas, por meio de programas e projetos, que são subsidiados pelo PNAES.

De acordo com a pesquisa do Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) realizada em 2018, o perfil do universitário brasileiro se modificou bastante a partir da efetivação das ações afirmativas: o percentual de estudantes com renda “Até 1 e meio SM” (R\$1.086,00) que alcançou, em 2014, 66,2% do total de estudantes, cerca de 2/3 da população. Na V Pesquisa (2018), o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita “até 1 e meio (SM)” cresceu alcançando 70,2% do universo pesquisado

(FONAPRACE- ANDIFES, 2018, p. 28).

Campos (2016) esclarece que a Assistência Estudantil no Brasil nasce por meio de reivindicações populares, assim como todas as conquistas sociais e é fundamental que essa participação popular continue presente no seu processo de avaliação, mediante a realidade de sua implementação como política, face necessário uma avaliação participativa, para que a população usuária possa contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento da política.

A entrada da Assistência Estudantil e das ações afirmativas no cenário brasileiro se deu a partir da reforma educacional iniciada em 2004, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tal reforma teve cunho neoliberal e foi realizada segundo orientações de órgãos internacionais, implantada efetivamente no ano de 2005, quando foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A reforma apresentou como alvo a ampliação do ensino através da abertura de novas vagas, principalmente pela via das instituições privadas de ensino, a nível fundamental, médio e superior. Isso se deu focando na mercantilização da educação, sucateando as instituições públicas e oferecendo vagas de Bolsas de estudo em instituições privadas; bolsas essas que são subsidiadas pelo governo, que acaba investindo dinheiro no setor privado ao invés de investir no setor público (ABRAMIDES, 2004, p. 24).

As principais ações afirmativas implementadas no Brasil pós-ditadura foram a Lei 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que trouxe mudanças a LDB e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, a partir de 2004. Campos (2016) já a nível superior foi aprovada a Lei 12.711/11, que foi sancionada em 29 de agosto de 2012 e trata sobre as cotas para o ensino superior, e a primeira universidade Federal a implantar esta lei foi a Universidade de Brasília (UNB) no ano de 2012 (CAMPOS, 2016, p. 69).

3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPA: UMA TRAJETÓRIA DE REINVIDICAÇÃO POPULAR

Posicionadas dentro do eixo de entrada, as ações de ampliação de número de vagas se dão nas instituições públicas por meio das cotas e na UFPA esta realidade não foi diferente. As reivindicações com o objetivo que implantar cotas na UFPA datam de 2005. Já no eixo ações de permanência, as quais destinadas a custear os gastos dos alunos com material didático, alimentação e transporte, dentro das IFES, a UFPA deu início à efetivação dessas ações no ano de 2009 (BELTRÃO; BRITO FILHO; MAUÉS, 2013).

Campos (2016, p. 77), em sua obra “Do Quilombo a Universidade: trajetória, relatos e representações e desafios dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – Campus Belém quanto a permanência”, pontua que a primeira proposta de ação afirmativa referida dentro da UFPA tem data de 2005, quando um grupo integrado por militantes do movimento negro paraense, por um docente do Instituto de Letras e Artes (ILC), um docente do Instituto de Ciências da Educação (ICED), três docentes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e um técnico administrativo da UFPA, em 2004, enviou ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade um documento que propunha a reserva de 20% das vagas do processo seletivo da instituição a estudantes negros, além de propor a criação de programas de permanência, de cunho financeiro e uma ação conjunta da Universidade com a rede de educação pública, buscando oferecer apoio pedagógico para alunos e professores.

Diante disso, fica claro que a inserção das ações afirmativas na UFPA se deu a partir de demandas e lutas por parte da comunidade acadêmica como um todo, tanto pelo corpo docente e o corpo técnico da instituição, como, principalmente, pelos alunos e não apenas pela instituição de leis, posto que as leis de cotas foram instituídas mediante anos de lutas de movimentos sociais e de representantes de grupos minoritários.

Em 20 de outubro de 2017, foi criada a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), por meio da Resolução nº 762/2017, sendo parte integrante da Reitoria, como órgão auxiliar da Administração Superior da UFPA. Seu Regimento Interno foi instituído na mesma data, por meio da Resolução nº, 763/2017, ambas do Conselho Universitário (CONSUN) da UFPA.

A principal competência da SAEST é propor, acompanhar e avaliar a política interna de Assistência Estudantil da UFPA, conforme preconiza o PNAES. Seus programas, projetos, ações e serviços tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, bem como as demais normas que tratam sobre o assunto, que também enfatizam os aspectos como: permanência, acessibilidade, integração e inclusão de discentes da UFPA em vulnerabilidade socioeconômica (UFPA, RELATÓRIO ANUAL SAEST, 2020).

A organização da SAEST se dá apoiada em dois eixos estruturantes: Assistência Estudantil financeira, Integração Estudantil – serviços direcionados aos alunos --, além de programas específicos, a saber: Programa de Acessibilidade, Programa Restaurante Universitário e Programa de Comunicação (UFPA, RELATÓRIO ANUAL SAEST, 2020).

Portanto, voltadas ao ensino superior às ações afirmativas de entrada, como as cotas, buscam proporcionar uma ampliação na entrada dessas classes, antes excluídas do ambiente universitário, além de ampliar essa entrada essas ações objetivam proporcionar apoio aos alunos buscando viabilizar melhores condições e suporte para que possam permanecer e concluir seus cursos em tempo hábil esperado.

4. A POLITICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS ESTUDANTIS

Na social democracia as políticas sociais são colocadas como instrumentos de regulação necessários para a regulação do mercado pois possibilita a o acesso ao consumo, um suposto bem-estar e principalmente, assegura um padrão aceitável de desigualdade social, um padrão passível de boa convivência com as relações de mercado.

Boschetti (2018) discorre a respeito do mito da neutralidade das políticas

sociais no trato das expressões da questão social, visto que as políticas sociais vem sendo direcionadas a prover o mínimo a pessoas pobres e/ou pessoas incapacitadas para o trabalho, e em suas avaliações sem criticidade, são colocadas como um peso ao governo e por isso o melhor abrir espaço para a mercantilização geral de todas as áreas da sociabilidade.

A autora afirma que somente se utilizando do método de Marx é possível decifrar a essência dos fenômenos sociais e do Estado social, Netto (2003), em seu texto O materialismo Histórico como instrumento da análise das Políticas Sociais, Netto afirma que a avaliação é uma questão contemporânea – dos últimos quarenta anos -- e busca fazer um acompanhamento do alcance dessas ações, bem como fazer otimizações necessárias, considerando que os orçamentos destinados para as políticas públicas costumam ser poucos, nesse sentido, as avaliações se fazem necessárias para evidenciar potenciais maneiras de otimizar as políticas e aproveitar bem os recursos disponíveis.

Sendo instrumento de suma importância, as avaliações de políticas sociais, conforme Netto(2003), podem ser realizadas de duas formas , avaliações ex-ant e ex-post, sendo as avaliações ex-ant destinadas a pesquisar e auxiliar na tomadas de decisões relacionadas a políticas, projetos e programas sociais em seu processo desenvolvimento, antes da implantação; as avaliações ex-post destinam-se a aferir os resultados de uma política, projeto ou programa sociais que já está em atuação, buscando medir seus resultados e averiguar possíveis melhorias que possam ser realizadas, bem como buscam localizar os obstáculos que impedem a política de alcançar resultados mais eficazes.

A respeito da herança marxista para a avaliações das políticas sociais, o autor afirma que essa contribuição é de natureza teórico-metodológica, capacitando os avaliadores com um olhar crítico e fortalecendo as agências de classes subalternas; Netto (2003) afirma que atualmente vem se realizando avaliações e limitadas, o que leva a avaliações generalizadas e rasas.

Ele aponta isso vem acontecendo por três motivos principais, o primeiro é que as avaliações têm se dado de forma muito focalizada, em segundo porque não vem sendo realizadas análises do contexto total dessas políticas, programas ou projeto e

em terceiro, as avaliações vêm sendo realizadas aceitando como dados as lógicas sociais políticas, que é a lógica de neutralizar conflitos e amenizar as expressões da questão social, mas nunca elimina-las, visto que o autor aponta que a questão social e suas mazelas são insuperáveis.

Concordando com Netto (2003), Boschetti (2018) pontua que as duas contradições centrais insuperáveis do Estado Social, na visão marxista, são o conflito entre as classes – entre trabalho e capital – tanto a respeito dos objetivos como efetivação da política social, que contribui com o crescimento e fortalecimento do sistema e também proporciona reais transformações para a classe trabalhadora, a autora apresenta qual o papel da mediação focando no lugar dos direitos rumo a emancipação humana.

Pereira (2014, p. 123) aponta que em nossa sociedade atual ainda é recorrente uma visão positivista do movimento sociais, uma visão que criminaliza esses movimentos de reivindicações coletivas, buscando colocar essas lutas como individuais e realizadas por pessoas “desajustadas”, a autora aponta que essa concepção é difundida desde o século XIX e ainda segue, sendo comumente evidenciada na atualidade em todos os movimentos sociais e no movimento de reivindicação da Assistência estudantil também.

Ainda hoje é possível ouvir pessoas que são contra a implantação das cotas e ou ações afirmativas de entrada e permanência e que se posicionam de forma contrária a esse ganho sociais de fundamental importância e reparação sociais dessas minorias antes excluídas do cenário universitário Brasileiro, tal fato evidencia o apontado por Pereira (2014). Os movimentos sociais e seus integrantes ainda são muito criminalizados e os movimentos estudantis não estão excluídos desse processo.

5. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS E AS REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS

A trajetória da implantação da assistência Estudantil na UFPA foi permeada por participação e reivindicações populares, segundo relatório da SAEST (2020) e

o site oficial da UFPA, existem atualmente quatro associações estudantis oficiais que buscam participar de forma colaborativa com as ações realizadas pela Assistência Estudantil da UFPA, sendo elas:

Associação dos Discentes Quilombolas (ADQUFPA), a Associação dos povos indígenas da UFPA (APYEUFPA), Associação dos Estudantes Estrangeiros (AEE) e a Associação de Alunos com Deficiência da UFPA todas oficializadas no ano de 2017, buscam relacionar-se com a reitoria e SAEST para o acompanhamento, elaboração e avaliação das ações voltadas a seus públicos alvo.

Focando no Âmbito da pesquisa no contexto atual Assistência Estudantil da UFPA, utilizamos os relatórios oficiais da SAEST, bem como informações do site da Superintendência, objetivando saber se havia essa relação institucional de avaliação da Política de Assistência estudantil realizada na UFPA, e como se dá essa estrutura de avaliação.

Buscando verificar se havia participação dos usuários individualmente nas avaliações das ações desenvolvidas pela SAEST, utilizamos as plataformas oficiais da SAEST e o Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST), bem como o site oficial da SAEST/UFPA. Para identificar a participação das associações e ou usuários individuais na elaboração e avaliação das ações, editais, e serviço viabilizados pela SAEST.

A respeito da participação no processo de elaboração, não foi encontrado nenhum registro de chamada para participação da população usuária no processo ex- ant, segundo o relatório da SAEST (2020), os editais dos programas são elaborados pela coordenação, em conjunto com as técnicas Assistentes Sociais.

Focando no processo de avaliação ex- post, foram encontradas diversas chamadas no site da Superintendência, pesquisas e convites para avaliação de serviços específicos disponibilizados pela Assistência Estudantil, a exemplo, as avaliações realizadas no Restaurante Universitário – que é um serviço subsidiado pela SAEST coma verba do PNAES –chamadas para avaliar o serviço de saúde vinculando SAEST e hospitais universitários, principalmente Bettina Ferro e Barros Barreto. Também foram encontradas chamadas para que os alunos com deficiência avaliassem o serviço de tecnologias assistivas direcionadas a esse público.

Entretanto, não foram encontradas em nenhuma das plataformas pesquisadas convites, divulgações ou chamadas públicas para avaliação sobre o funcionamento dos auxílios financeiros, apenas dos serviços prestados. Segundo matéria disponível no site da SAEST, a coordenação manteve contato com os alunos e associações por meio de *lives*, respondendo perguntas e dando espaço para os alunos que tivessem interesse em fazer questionamentos.

A respeito das associações, nas páginas das quatro associações identificadas, não foi identificado e-mail ou telefones oficiais, mas foram encontradas matérias no site da SAEST a respeito de fóruns realizados com a população usuária, lideranças das associações e público em geral, buscando debater temas de relevância à Assistência Estudantil.

Por fim, a pesquisa nas plataformas revelou que não há ouvidoria da SAEST, há ouvidoria da Universidade apenas, as formas de comunicação diretas com a Assistência Estudantil da Instituição são comparecer de forma presencial ao Bloco C da Universidade, outro meio é o telefone oficial, disponível em horário comercial além do e-mail da Assistência estudantil, ambos disponibilizado no site oficial, esses são os veículos de comunicação para agendamento de reuniões, esclarecimento de dúvidas e solicitação de atendimentos.

Boschetti (2018), ressalta que a única forma possível de alcance da emancipação humana é por meio da luta da classe trabalhadora, que mediante isso sim podemos almejar melhores condições de vida, os dados obtidos nesse estudo evidenciaram os avanços e ganhos da Assistência Estudantil a nível nacional e na UFPA também, revelando a importância da Política de Assistência estudantil para a promoção da equidade e a diversidade na universidade e seus alunos.

Toda via, no tocante a avaliação da política na UFPA, foi possível notar que não tem ocorrido um esforço de integrar os usuários no processo de elaboração e avaliação das ações realizadas pela Assistência Estudantil da UFPA. Netto (2003) aponta que devemos entender que os ganhos proporcionados pelas políticas sociais também são reais e validos, as políticas sociais são importantes, necessárias e devem ser requeridas mesmo diante das limitações e uma avaliação de qualidade nos leva a estar sempre progredindo e estando mais próximos ao patamar de

equidade e desenvolvimento que buscamos.

Mediante o colocado é evidente que a UFPA está caminhando a passos moderados em um caminho de equidade e que as avaliações participativas por parte dos usuários seriam de grande valia pra o aprimoramento das ações realizadas, bem como enriqueceriam o processo de elaboração das mesmas, sendo mais assertivas, visto que a visão dos usuários da política é uma visão diferenciada da ótica dos profissionais que estão atuando, uma relação de companheirismo seria de suma importância para o desenvolvimento conjunto de uma política de Assistência estudantil mais eficiente.

7. CONCLUSÃO

A falta de interesse por parte dos alunos da instituição no tocante a participação nos movimentos estudantis foi notada durante a pesquisa, tendo em vista que o contingente de associações de alunos que interage com a Assistência estudantil da Universidade é bem reduzido.

Os movimentos estudantis de cunho mais geral como concelhos de classe ainda são notados na instituição, porém não apresentam significativa participação nas plataformas e ou tem páginas oficiais, além que não aparentam ter como objetivo explícito a luta por aperfeiçoamento das ações afirmativas, estando mais focados em questões internas de seus respectivos cursos e institutos, dentro da Universidade Federal do Pará.

Somado a isso, no processo da pesquisa foi encontrado um cenário de poucos alunos envolvidos em movimentos estudantis, não podendo ser comprovado que isso se dê por motivos apontados por Pereira (2014), como a criminalização desses indivíduos que fazem parte dos movimentos sociais, toda via essa suposição pode se fazer presente mediante o cenário evidenciado, a falta de interesse dos alunos em participar dos movimento, que acaba por reforçar a concepção errônea de que os movimentos sociais são coisa do passado e que é “ cada um por sí”, as lutas sociais são imprescindíveis e muito necessárias e se faz importante quebrar esse ideário individualista que tem se sido notado no ambiente Universitário.

Portanto, é importante ressaltar, que para lutar contra essa falta de esclarecimento por parte dos alunos em relação os movimentos sociais e estudantis, é fundamental que esses movimentos se façam mais presentes junto aos alunos e também busquem abrir espaço de colaboração e debate com órgãos da instituição, tal qual a Assistência Estudantil, não apenas aguardar a iniciativa ser aberta, mas abrir e conquistar esses espaços de diálogo e construção participativa da política, que seriam de grande relevância, pois a visão do usuário da política é de suma importância e pode contribuir somada a visão dos profissionais que trabalham na efetivação dessa política.

Por fim, o cenário do individualismo que é traço da sociedade e sistema vigente, se faz cada vez mais presente na Universidade e em toda a sociedade, pois é difundido a todo momento, sendo um traço fundamental do capitalismo em que vivemos, e mediante isso é necessário que os movimentos sociais resistam e busquem trazer o esclarecimento da importância e poder desses movimento de reivindicações, para que a população não desista de buscar direitos e sim que vejam como é fundamental tais lutas coletivas e todos os ganhos que elas já proporcionaram a classe trabalhadora no decorrer da história da humanidade, para isso é necessário uma educação emancipatória e um diálogo aberto a respeito do tema dos movimentos sociais, fugindo de estereótipos e generalizações e focando nos princípios fundantes desses movimentos coletivos, as lutas e ganhos sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B.. A reforma do ensino superior no Brasil sob a lógica neoliberal no governo Lula. **Revista PucViva**. n. 21, p. 21-29; 2004.

BEHRING. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. In: Política Social – Módulo 03. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

BELTRÃO, Jane Felipe; FILHO, J.C.M.B.; MOREIRA; GOMES, Antonio. **Das Ações**

afirmativas na Universidade Federal do Pará. 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. Cap 3. Crítica Marxista do Estado social e dos direitos no capitalismo contemporâneo. Livro: Marxismo, Política Social e Direitos. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes Editora Cortez, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. 2010.

BRITO FILHO, J. C. M. As ações afirmativas: primeira análise da medida adotada pela Universidade Federal do Pará para os cursos de graduação. In: Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará. Belém, 2008, v.1, n.1, p. 40- 48.

BRITO FILHO, J. C. M. As ações afirmativas: primeira análise da medida adotada pela Universidade Federal do Pará para os cursos de graduação. In: Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará. Belém, 2008.

CAMPOS, Laís Rodrigues. Do quilombo a Universidade: trajetória, relatos e representações e desafios de estudantes quilombolas as Universidade Federal do Pará – Campus Belém quanto a permanência. 2016. **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Belém: Universidade Federal do Pará-Instituto de Ciências da Educação, 2016.

CASTEL, R. A insegurança social: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. O manifesto comunista. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento**. São Paulo; Global, 2003.

FONAPRACE. Revista comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos Olhares. (Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) -

IAMAMOTO. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto** do Partido Comunista, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Matérias que comprovam as chamadas para pesquisa com alunos com deficiência. <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/ultimas-noticias/2394-2394>

Acessado em: 20/11/2021.

Matérias que comprovam as chamadas para pesquisa com alunos que utilizam o restaurante universitário. <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/ultimas-noticias/2341-2341> Acessado em: 20/11/2021.

Matérias que comprovam as chamadas para pesquisa com alunos que utilizam o programa de saúde. <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/165-assistencia-estudantil-realiza-pesquisa-sobre-o-programa-estudante-saudavel> Acessado em: 20/11/2021.

NETTO, José Paulo. O Materialismo Histórico como instrumento da análise das Políticas Sociais. Estado e Políticas Sociais. Brasil-Paraná/Org. Francis Mary Guimarães Nogueira, Maria Lucia Frizon . CASCAVEL: Edunioeste, 2003.

para preenchimento de vagas nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008

PEREIRA, Potyara A. P., Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2009

PEREIRA, Tatiana Dahmer, Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

PORTELA, Roselene de Souza et al. Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém-Pará. In: Revista Emancipação, Ponta Grossa, 18(2): 281-300, 2018.(2018, p.6)

UFPA. Relatório Anual de Atividades SAEST 2020.

UFPA. Resolução nº 3.883/2010. **Estabelece a reserva de uma vaga para pessoa com deficiência em todos os cursos da Universidade Federal do Pará.** Belém, 2010.

UFPA. Resolução nº 762/2017. **Estabelece a criação da Superintendência de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará.** Belém, 2017.

UFPA. Resolução nº. 4.309/2012. **Dispõe sobre o acréscimo de duas (2) vagas em casa curso de graduação da Universidade Federal do Pará.** Belém, 2012.

UFPA. Resolução nº. 5.104, de 26 de outubro de 2018, **estabelece todo o Sistema de cotas vigente**

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social e a construção dos direitos sociais. In: BATTINI, Odária; BAPTISTA, Myrian Veras. (Orgs.). A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Ed. Veras, 2008.

,